

O Judiciário mineiro e os rumos de um Brasil

Estamos lado a lado lutando para um amanhã melhor

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais perde seu presidente e líder eleito. Homem que em sua simplicidade espartana combateu até a morte com dignidade, dando exemplo a partir de sua biografia serena.

Enquanto isso vemos que, após as conclusões, as perplexidades e os lamentáveis confrontos no Supremo Tribunal Federal, um ex-presidente da República termina envolto em ordem de prisão, enquanto pessoas visivelmente sem qualquer compromisso laboral de frequência ou horário se dedicam à baderna, impedindo o direito de ir e vir, agredindo inocentes e depredando bens públicos e privados.

Mais uma vez, Minas mostra o caminho. É bom que se pontue que em nosso Estado existe uma realidade positiva que não admite mais questionamentos ou dúvidas. Aqui se trabalha, e em silêncio.

O Poder Judiciário deste Estado, com dimensões territoriais e culturais nacionais, é formado por homens e mulheres oriundos de um povo ordeiro, sereno, repleto de tradição e bravura, mas basicamente descomplicado, produtivo e repleto de fé.

Nossa magistratura é composta de membros independentes e equipotentes que se respeitam e laboram na busca do bem comum. Isso se reflete nas barreiras que temos vencido sucessivamente. Unidos.

Prova dessa união é que em Minas nem sequer houve disputa à presidência da Amagis, preenchida com brilhantismo pelo colega Maurício Torres em consenso. O desembargador Torres vem desenvolvendo seu papel com

harmonia e conquistando, em conjunto com outros representantes, vitórias para a magistratura nacional em um cenário que extrapola nossas fronteiras. Bom que se diga que, como representante de associação de um dos Estados da federação, compareceu e permaneceu em Brasília, acompanhado de outros colegas, para pleitear pela lógica e pela justa contraprestação aos juizes de todo o Brasil.

Fato é que vitórias da magistratura

O Judiciário não pode ser utilizado como palanque político de quem quer que seja, porque ele é de todos, como o bem comum e a paz social deveriam ser interesse de todos.

são da magistratura! Seja no âmbito federal quanto no estadual. E existe uma enorme diferença entre política associativa e postura administrativa de um juiz ou presidente de Tribunal.

O trabalho de um magistrado não pode se guiar por política. Ele tem por essência a necessidade moral e o compromisso estrutural de ser técnico. A previsibilidade da norma estabelece o grau de solidez das relações interpessoais. É essa confiança que estabiliza a sociedade.

O Judiciário não pode ser utilizado como palanque político de quem quer que seja, porque ele é de todos, como o bem comum e a paz social deveriam ser interesse de todos.

A manipulação da palavra de um de nossos representante, em favor deste ou daquele interesse político, pessoal ou particular, induz ao descaso do mais elementar senso de justiça e anuncia o caos. Isso é elementar e não se admite em nosso meio.

Vivemos em um Estado laico, gravado por norma constitucional ao princípio da impessoalidade no campo do direito público, e de outra forma nos resta clamar por ética, respeito e imparcialidade.

Hoje, em Minas, nós, juizes, nos comunicamos fraternalmente. A administração do Tribunal de Justiça, os membros das associações e o pleno estão em diário contato nas listas de WhatsApp, Telegram etc. Da mesma forma, vários de nós sabemos, pelas listas de juizes, dos anseios da magistratura de primeiro grau, como acontece, por exemplo, no que tange aos anseios referentes aos critérios de promoção.

Da facilidade de comunicação veio uma compreensão recíproca maior e isso traz vitórias, solidariedade, parceria, identidade, amizade e confiança. E isso é bom, muito bom. Isso é ótimo para todos nós.

Estamos lado a lado, lutando para um amanhã melhor. Para quem não entender isso, resta a imagem da roda da fortuna com seus altos seguidos de baixos, que serão mais baixos que altos, com certeza, em uma senão bárbara e desgastante.

Estamos e estaremos todos unidos. Parabéns aos nossos representantes de ontem, de hoje e de amanhã.

Hoje, excepcionalmente, não será publicado o artigo de Trigueirinho